

---

**ARBITRAGEM NO CONTEXTO DO ESPORTE ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA NARRADAS POR ÁRBITROS****ARBITRATION IN SCHOOL SPORT CONTEXT: PERCEPTION OF VIOLENCE REPORTED BY REFEREES****João Carlos Martins Bressan<sup>1</sup>, Kleber Tuxen Carneiro<sup>2</sup>, Viviane Teixeira Silveira<sup>1</sup>, Dominique Stefany Gomes dos Santos<sup>1</sup> e Riller Silva Reverdito<sup>1</sup>**<sup>1</sup>Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, Brasil.<sup>2</sup>Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, Brasil.**RESUMO**

A gestão do ambiente de jogo coloca o/a árbitro/a em uma posição de destaque no esporte. Contudo, nesse contexto a arbitragem consiste em uma atividade exposta a situações de violência. Em competições em nível escolar, as pesquisas nesse campo ainda são incipientes. Assim, o objetivo do estudo foi reconhecer a violência percebida por árbitros/as no contexto dos jogos escolares da juventude. Lança mão de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, e fora realizado na fase estadual dos jogos em 2016 no estado de Mato Grosso. Participaram da pesquisa árbitros/as (n=19), das categorias a e b. Foram realizadas entrevistas, registradas em um gravador digital (sony® icd-px 312) e transcritas na íntegra. Enquanto procedimento analítico empregou-se a análise de conteúdo, usando o software nvivo®10. Com base nos resultados, observou-se que todos/as sofreram ou vivenciaram algum tipo de violência, bem como relativizam-na considerando o contexto investigado. Revelou-se também a fragilidade no sistema de controle dessas situações, atribuindo ao/a árbitro/a a exclusiva responsabilidade pela gestão do ambiente de competição. Em resposta a problemática, uma das possibilidades seria abordar o papel do/a árbitro/a como conteúdo do processo de formação de jovens no esporte, nesse sentido, deverão compreender que são corresponsáveis pela formação esportiva.

**Palavras-chave:** Árbitro/a. Violência. Esporte. Jovens. Pedagogia do Esporte.**ABSTRACT**

The role of managing the game environment places the referee in a prominent position in sport. However, in the sport context, arbitration is highly exposed to violence. Referees occupy a prominent position in sport, having the responsibility to manage the game, and are therefore exposed to violence episodes. Research addressing violence in school competitions is still incipient; thus, the objective of this study was to identify the violence perceived by referees in youth school games. A qualitative exploratory study was performed in the state games held in 2016 in the state of Mato Grosso. The study surveyed 19 referees of categories a and b. The interviews were recorded using a digital recorder (Sony® icd-px312) and the content was analyzed using software nvivo®10. The results revealed that all referees have witnessed or been victims of different types of violence, confirming the fragility of the violence control system, which attributes exclusively to the referee the responsibility to manage the competition environment. Addressing the referee's role as a content in the sport youth formation would largely contribute to the development of sport education.

**Keywords:** Referee. Violence. Sport. Youth. Sport Pedagogy**Introdução**

O esporte é um dos fenômenos socioculturais mais importantes da contemporaneidade, alcançando praticamente todas as dimensões das atividades humanas, considerando os inúmeros cenários, personagens, finalidades e significados<sup>1,2</sup>. Na prática esportiva institucionalizada, o/a árbitro/a é um personagem que ocupa uma posição de destaque<sup>3</sup>, tendo a responsabilidade de realizar a gestão do ambiente de jogo/prova. As decisões e intervenções dos/as árbitros/as alcançam atletas, treinadores/as, dirigentes e torcedores/as. Em face das novas configurações contemporâneas, a prática esportiva institucionalizada vem sendo marcada pela exacerbada competitividade, tal qual a seriedade no modo de envolvimento e orientação para os resultados<sup>4</sup> e, por efeito, os/as árbitros/as acabam expostos a diferentes tipos de violência. Cenário esse que não difere contextualmente,

em se tratando de eventos esportivos em nível escolar, intrigantemente, por vezes, inclusive se acentua, visto que os sistemas de controle da violência acabam sendo mais frágeis<sup>5</sup>.

A participação em eventos esportivos (competições) é um dos conteúdos inerentes a formação esportiva<sup>2,6</sup>. Espera-se que ao longo do processo de formação esportiva os jovens atletas possam vivenciar diferentes níveis de competição, e consigam reconhecer que no esporte ocorre uma espécie de combate simulado<sup>4</sup>, em cujas regras são previamente definidas e compartilhadas, com a finalidade de garantir o ambiente de jogo. No entanto, a atividade do/a árbitro/a é raramente vista de forma positiva<sup>3</sup>, no sentido de que as representações sociais imputa-lhes o estigma de alguém que age com má-fé; cujas ações e decisões podem estar orientadas por interesses exteriores ao jogo. Assentados nesse axioma suas decisões são questionáveis dentro e fora da quadra/campo, numa espécie de esvaziamento ocupacional, o que incide na depreciação do sentido de autoridade.

A mídia esportiva (Internet/TV) usa diferentes recursos de áudio-vídeo simultaneamente ao jogo (*replay*), sendo capaz de analisar e avaliar o comportamento da equipe de arbitragem. Com efeito, essa constatação revela sua influência sobre o resultado final do jogo, incidindo em análises judicativas que expõe os/as árbitros/as a situações vexatórias<sup>7</sup>. Decerto o uso da tecnologia para que as decisões dos/as árbitros/as sejam baseadas em fatos, como forma de garantir a equidade e diminuir situações controversas é recomendável. No entanto, deveriam alcançar outros patamares, conforme anota Svantesson<sup>8</sup>, ao afirmar que o uso da tecnologia poderia ressuscitar a dignidade da arbitragem. Esses dois aspectos reforçam o imaginário social que o/a árbitro/a é alguém que não pode errar e, se acontecer, além da ‘incompetência’, supõe-se um comprometimento ético-moral, pois todos esperam decisões incontestáveis.

Estudos empíricos evidenciam que árbitros/as têm sido submetidos a diferentes situações de abuso e violência, vindo de jogadores/as, treinadores/as e espectadores/as<sup>3,5,7,9-12</sup>, engendrando incalculáveis consequências a prática esportiva, seja no âmbito organizacional, representativo ou do processo educativo. Ackery et al.<sup>9</sup>, estudando árbitros de hóquei sobre a violência no contexto do esporte amador no Canadá, relacionam a falta de disciplina e obediência às regras com o aumento da agressão e lesões dos atletas. Kellettand Shilbury<sup>3</sup> ponderam quanto à dificuldade das modalidades para recrutar e garantir a permanência de novos quadros de árbitros/as. Ofensas, ameaças, condutas violentas deliberadas<sup>5,11</sup>, são alguns dos comportamentos documentados associados ao estresse social, psicológico<sup>13</sup> e esgotamento mental de árbitros/as<sup>14</sup>.

Apesar do expressivo aumento no número de estudos que alcançam diferentes dimensões da arbitragem<sup>10,13</sup>, a violência cometida contra o/a árbitro/a no contexto do esporte em nível escolar ainda é incipiente. Destacada a limitação, recorremos a diferentes produções científicas que tenham como foco a função arbitral. Em revisão sistemática realizada por Debien et al.<sup>13</sup> entre 1993-2013, sobre fatores de estresse na arbitragem da ginástica, nenhum dos estudos cotejou o esporte no contexto escolar. Ainda nessa esteira de reflexões, Deal et al.<sup>5</sup> anotam para existência de uma relação entre o nível de competição e incidentes disciplinares. No estudo os referidos autores perceberam que quanto mais baixo o nível de competição, maior a incidência na ocorrência de incidentes (in)disciplinares.

A violência é um fenômeno cultural polissêmico, podendo se distinguir de acordo com os meios utilizados, ou seja, ela se difere nas formas, intencionalidade e parâmetros sociais<sup>7,15</sup>. Por isso, considerando seu caráter multifacetado, compreendemos a violência contra o/a árbitro/a, no plano real ou na dimensão simbólica, isto é, pode se apresentar na forma de agressão física ou mesmo na expressão de gestos verbais e/ou não verbais, com a finalidade de acarretar danos às condições físicas, psíquicas, morais e afetivas do indivíduo. Seja qual for sua natureza (física ou simbólica), pode dificultar ou mesmo dismantelar o ambiente de jogo/competição. Portanto, ao reconhecermos o papel do/a árbitro/a nesse contexto, torna-se

imperativo identificarmos as circunstâncias que têm engendrado as diferentes personificações da violência, ao passo que se possa fornecer subsídios (objetivos e subjetivos) para mitigar sua presença, bem como melhorar a qualidade da intervenção (educativa) no processo de formação dos jovens no esporte, notadamente na esfera escolar.

Nesse sentido, esta investigação dedicou-se a compreender as representações acerca da violência, segundo a percepção dos/as árbitros/as numa competição de nível escolar (Jogos Escolares da Juventude) realizada no Estado de Mato Grosso. Os resultados desse estudo lançam luz sobre diferentes aspectos da violência no esporte em nível escolar e, de igual modo, quanto ao papel do/a árbitro/a na formação esportiva.

## Métodos

### *Cenário e sujeitos*

Trata-se de uma pesquisa sob os pressupostos qualitativos<sup>16</sup>, realizada na fase estadual dos Jogos Escolares da Juventude em 2016 (JEMs). Os jogos são promovidos e organizados pela Secretaria de Estado de Educação, Esportes e Lazer, sendo um dos mais importantes eventos esportivos do estado de Mato Grosso. Participam escolares com idades entre 12 e 17 anos, em duas categorias (categoria B: 12 a 14 anos – categoria A: 15 a 17 anos). O evento integra o calendário do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), envolvendo aproximadamente 1.500 mil jovens (atletas) ao longo de 7 dias, por etapa.

Quanto ao público investigado, se tratam de árbitros/as (n=19) que atuaram na fase estadual dos jogos da juventude em 2016 nas cidades de Campo Verde/MT (categoria A) e Água Boa/MT (Categoria B), nas modalidades de handebol, basquetebol, voleibol e futsal. Os/as árbitros/as participantes do evento são indicados pela federação estadual das respectivas modalidades. Na Tabela 1 apresentamos o perfil dos/as árbitros/as entrevistados/as.

**Tabela 1.** Perfil dos/as árbitros/as participantes da pesquisa

P	S	I	EC	R/F	NA	TA	AP	F
E1	M	43	C	1995	N	11	contador/público	superior
E2	M	29	S	2015	E	1	conferente/privado	fundamental I (inc.)
E3	F	28	S	2007	E	8	agente penitenciária/público	superior/administrador
E4	M	38	C	1999	N	8	auxiliar administrat/privado	superior (inc.)
E5	M	22	S	2014	N	1	estagiário de esportes/público	superior (inc.)
E6	M	42	C	1989	N	8	eng. agrônomo /privado	superior/eng. agrônomo
E7	M	33	S	2015	E	5	professor e.f./público	superior/educação física
E8	M	26	S	2009	E	7	não desempenha	superior (inc.)
E9	M	48	C	2003	E	11	não desempenha	ensino médio (inc.)
E10	F	23	S	2011	E	3	não desempenha	superior (inc.)
E11	M	30	S	2004	E	8	agente administrativo/público	superior/admin. pública
E12	M	32	S	2010	E	5	administrativo/ público	superior/biologia
E13	F	25	S	2011	N	2	estudante (pós-graduação)/ufmt	superior
E14	M	21	S	2014	E	1	não desempenha	ensino médio técnico/informática
E15	M	49	S	2004	E	23	professor e.f./público	superior/educação física
E16	M	ND	S	1999	N	10	professor e.f./público	superior
E17	M	39	C	1995	N	21	policia/público	superior/biologia
E18	F	30	S	2009	N	10	estagiário de e.f./público	superior (inc.)
E19	M	18	S	2015	E	1	não desempenha	ensino médio

**Legenda:** Participantes (P); Sexo (S); Masculino (M); Feminino (F); Estado Civil (EC); Casado (C); Solteiro (S); Registro na Federação (R/F); Nível de Atuação (NA); Nacional (N); Estadual (E); Tempo de Atuação (TA); Atuação Profissional (AP); Formação (F); Não Declarou (ND).

**Fonte:** Os autores

### *Procedimentos e instrumentos*

Conforme descrito anteriormente, os dados foram coletados no contexto dos Jogos Escolares da Juventude em 2016. No primeiro momento, expôs-se os objetivos alvitrados para consecução da investigação, após solicitou-se à autorização para a Comissão Organizadora Central (CCO) do evento. Em seguida realizou-se uma breve apresentação dos desígnios da pesquisa para a coordenação de arbitragem, a qual mediou o contato inicial com os/as pesquisados/as. Decorrente a isso, fez-se contato com os/as árbitros/as, apresentando-lhes as intenções da pesquisa, bem como discorrendo quanto ao conteúdo e procedimentos que seriam adotados para consecução dos dados, para em seguida realizar-se o agendamento da entrevista.

Para o recolhimento das informações um pesquisador efetuou as entrevistas<sup>17</sup>, com base em um roteiro com questões semiestruturadas organizadas em dois blocos, sendo: questões fechadas - perfil dos/as árbitros/as (sexo, idade, tempo de atuação profissional); questões abertas - percepção quanto a violência no ambiente de jogo. As narrativas foram registradas em gravador digital (Sony ICD-PX312) e tiveram a duração média de trinta e cinco minutos, posteriormente, realizou-se a transcrição na íntegra, mantendo o sentido e/ou significado do conteúdo. Realizada a transcrição, os dados foram submetidos para análise.

Os entrevistados, conforme os aspectos éticos da pesquisa (Res. 466/12), assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. O estudo foi submetido e aprovado no comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT (CAAE: 55729716.7.0000.5166).

### *Análise e confiabilidade dos dados*

Após a entrevista os dados foram transcritos e textualizados, permitindo assim, nesse ínterim, uma pré-análise do texto. A pré-análise foi conduzida inicialmente de forma flutuante, com a finalidade de definir os documentos que seriam utilizados e a preparação formal para análise. Os dados foram organizados e analisados usando o software NVivo 10 para Microsoft Windows, para o processo de codificação, categorização e inferências<sup>18</sup>. O processo de codificação, categorização e inferência foi realizado por três pesquisadores, que após acesso aos dados coletados, e efetivação do método da análise de conteúdo, possibilitaram a criação de três categorias de análise, quais sejam: a) Percepção de violência; b) Tipo/forma de violência e personagens na violência; c) Controle da violência.

A confiabilidade do estudo foi abordada através de 3 (três) estratégias adotadas<sup>19</sup>. Primeiro, a inserção dos pesquisadores no contexto das competições ao longo de 14 dias, (duas etapas de 7 dias cada, em municípios distintos), acompanhando as atividades desenvolvidas e interagindo com os/as árbitros/as<sup>20</sup>. A inserção no contexto do evento permitiu reconhecer símbolos e significados pertencentes ao ambiente de competição em que os entrevistados estavam inseridos, e estabelecer uma relação de confiança com o entrevistado. Em segundo, o fato da entrevista ter sido conduzida por um único pesquisador. Assim, além de assegurar a mesma abordagem e procedimentos nas entrevistas, permitiu elucidar elementos discursivos que dificilmente seria possível de reconhecer de outra maneira. E, por fim, compondo a terceira estratégia metodológica, houve o procedimento de codificação dos dados. Seguidamente, com os dados codificados preliminarmente, reuniu-se três pesquisadores (experientes) para analisar e manifestar concordância (ou não) em relação à interpretação dos dados. As categorias e interpretações apresentadas são resultantes da análise e concordância entre todos os pesquisadores. Além disso, as estratégias adotadas para subsidiar a validade desse estudo já foram documentadas em outros estudos<sup>21-23</sup>.

## Resultados e Discussão

Ainda que o/a árbitro/a no esporte institucionalizado tenha um papel de protagonista, a sua forma de participação o/a expõe a diferentes situações de violência, seja dentro ou fora do espaço do jogo. A violência contra o/a árbitro/a alcança diferentes níveis da prática esportiva, sendo o seu alcance “determinado” pelo sistema de controle disponível. Quanto maior o nível de competitividade, interesse no resultado e recursos envolvidos, maior o sistema de controle da violência<sup>5</sup>. Nesse sentido, em relação ao contexto escolar, percebe-se um sistema de controle frágil da violência, o que nos permite conjecturar que, quanto mais escassos são os mecanismos de enfrentamento da violência, torna-se maior a exposição desses/as às diferentes personificações de violência.

Os resultados desse estudo expuseram uma situação de legitimação da violência contra o/a árbitro/a, sendo evidenciada inclusive na própria relativização que surge na percepção do/a árbitro/a. Em linhas gerais os/as entrevistados/as sinalizam para a necessidade de um processo de formação esportiva, em cujo árbitro/a seja percebido/a como um dos personagens da prática esportiva institucionalizada.

### *Percepção de violência*

Em relação à percepção dos árbitros/as da violência, foram destacadas a agressão física e verbal (n=5), agressão verbal (n=4) e agressão física entre atletas (n=3). Também, a violência foi associada com a desvalorização profissional, agressão moral e psicológica, vandalismo e desrespeito (n=6), e, por fim, a violência enquanto agressão física e verbal com impossibilidade de reação (n=1). Os/as árbitros/as caracterizam a violência como ações de ordem física e verbal (simbólica). Apesar disso, percebe-se a relativização de ações de violência, bem como sua normalização pelos/as árbitros/as dentro do espaço de jogo, conforme suas narrativas:

“Ah, verbalmente é normal, verbalmente é no contexto geral, né, porque tudo acaba sendo responsabilidade do árbitro (Árbitro 17).

“Não, acho que não, não tão grave assim a ponto de você lembrar e falar, normal, né, palavrões de torcida, entendeu, atleta se exaltar um pouquinho, mas fora isso, nada...” (Árbitro 14).

A violência possui um caráter polissêmico<sup>7,15</sup>, conforme já dissemos anteriormente, o que de alguma maneira incide sobre a forma, tal como o modo como os indivíduos a percebem (sofrem). Nesse sentido, imbricada em nossa estrutura sociocultural, percebe-se uma espécie de naturalização da violência, o que inviabiliza ou mesmo inibe a possibilidade de seu reconhecimento. A relativização da violência narrada pelos/as árbitros/as, por vezes, faz com que a violência ocorrida em jogo apenas ganhe visibilidade a partir do momento do agravamento das circunstâncias. Ademais, as consequências da violência não são apenas para o/a árbitro/a, ou ao contexto imediato da competição. Seus lastros deletérios afetam significativamente a formação esportiva<sup>21,24,25</sup>, podendo depauperar as possibilidades de acesso e desenvolvimento do esporte, como bem ponderaram Kellett e Shilbury<sup>3</sup>, ao reconhecerem que a exposição à violência poderá inibir a possibilidade de recrutar e garantir novos quadros de árbitros/as. Com efeito, faz-se imprescindível uma formação de natureza esportiva<sup>2,26,27</sup> na qual o papel do/a árbitro/a deva ser abordado como um, dentre outros conteúdos (importantes) para o processo de ensino e aprendizagem que envolvem a formação (de uma cultura) esportiva em ambientes educacionais que possuam tal propósito.

### *Tipos/formas e personagens da violência*

As ofensas verbais (xingamentos), tentativas de intimidação e, ainda, consumação de agressão física, foram formas de violência descritas pelos/as árbitros/as. Houve predomínio da agressão verbal (n=15), incluindo racismo e sexismo, e agressão física (n=4). A lógica dessas ações denota uma espécie de representação social, da qual o teor imputa ao árbitro a condição de alguém que é leviano, ou de alguém que não pode errar, ou seja, trata-se de um indivíduo cujos limites ontológicos não afetá-lo-ia. Por certo, seja qual for a condição, emergem desse imaginário fundante, justificativas e ancoragens para o uso da violência como forma de exercer alguma influência sobre o/a árbitro/a.

“Os caras vieram tudo para cima da mesa, chegou para cima de mim, deu [um chute] na minha perna, os outros todos [apontando] o de dedo assim, entendeu?” (Árbitro 09).

“(...) eu também lido muito com machismo (...) meu parceiro cometeu um erro igual no jogo anterior, o professor se viu no direito de querer falar mais alto comigo (...) (Árbitra 10).

“(...) um presidente de clube não só me ofendeu, como realizou uma injúria racial, entendeu, nós tivemos problemas com isso, não foi nada agradável, porque a cor não determina nada, todo mundo sabe disso, é uma ignorância, só que infelizmente aconteceu.” (Árbitro 16).

“Inclusive ano passado um dos nossos companheiros, um dos nossos árbitros foi agredido por um atleta de 15 anos, em razão de ter sido punido com cartão vermelho, ele deu a volta na quadra e deu uma voadora no nosso companheiro de trabalho”. (Árbitra 18).

“Aqui mesmo aconteceu comigo.” (...) 2 meses atrás, numa partida entre [cidade A] e [cidade B], é... [“cidade A] estava perdendo, né, e os torcedores com bebida alcoólica não aceitando essa derrota aí, né, começaram a jogar cerveja e nos xingar.” (Árbitro 19).

O cenário exposto também foi verificado pelos estudos de Deal et al.<sup>5</sup> e Dorsch e Paskevich<sup>11</sup>, podendo gerar consequências capazes de alcançar insalubridade do espaço de atuação arbitral, na medida em que situações de violência, seja pela condição recorrente ou intensidade, podem resultar em esgotamento mental dos/as árbitros/as<sup>10,14</sup>.

“[...] às vezes você esta apitando o jogo e têm alguns técnicos que começam a lhe ofender, principalmente quando ele começa a ofender, só para você ouvir, não para os outros. Eu já tive experiência desse tipo, aprendi agora, né, mas é muito ruim, sair do jogo e querer chorar”. (Árbitra 13).

Notemos pois, que as diferentes manifestações de violências no âmbito esportivo em relação aos árbitros/as, não se restringem às situações que ocorreram no interior das competições, mas alcançam outros níveis de representações, como àquelas relativas ao gênero. Em linhas gerais pode-se afirmar que o imaginário coletivo no tocante ao papel do/a árbitro/a acaba por refletir estereótipos historicamente construídos em relação ao ‘feminino’, visto que por se tratarem de árbitras são consideradas como “frágeis”<sup>28-30</sup>.

“Há muitas, há muitas pessoas ainda que criticam, que falam ‘Ah, não quero essa mulher no meu jogo’ ‘Ela é fraca, ela é não sei o quê’ ‘Ela tem psicológico fraco’” (Árbitra 3).

“Se estou eu e um homem apitando, se eu errar em determinada coisa, [...] esse técnico ele se vê no direito de querer falar mais alto comigo ou qualquer outra coisa” (Árbitra 10).

“E acontece muito ‘Aqui não é lugar de mulher’, principalmente competição adulta ‘Lugar de mulher é na cozinha’, ‘Vai lavar roupa’, ‘Jogo desse nível mulher não tem condição de apitar’, então já ouvi bastante besteiras desse tipo” (Árbitra 18).

As entrevistadas árbitras apontam uma perspectiva sexista de incapacidade feminina frente a sua posição de poder, controle e autonomia nas competições. Considerando o ambiente do futebol, em pesquisa realizada com árbitras, Monteiro<sup>30</sup> destaca que existe “[...] uma caricaturização da mulher na figura de árbitra, a um consenso preconceituoso sobre a ausência de competência em relação a elas para exercer tal função, e uma naturalização da expertise do homem”(p. 64). Assim, o que se nota é a manutenção, ou a reprodução desse preconceito de gênero e a exacerbação da violência psicológica nesses espaços. Para além disso, nem sempre são os/as próprios/as atletas que iniciam as práticas de violências, mas os treinadores-professores/as, dirigentes e mesmo a torcida.

No que diz respeito aos personagens que estimulam uma atmosfera de violência, destacam-se os atletas (n=12), treinadores/as (n=11), torcedores (n=8) e dirigentes (n=3) em ações de violência e coação contra os/as árbitros/as. Os dados apresentados reforçam o fato que fatores internos e externos influenciam no processo de construções de violências no esporte. O que pode ser verificado também nos estudos de Ackery, Tator e Snider<sup>9</sup>, Aragão e Pina et al.<sup>10</sup>, Deal et al.<sup>5</sup>, Dorsch e Paskevich<sup>11</sup> e Righeto e Reis<sup>7</sup>. Alinhados aos resultados das investigações, percorramos o que nos dizem os entrevistados:

“Já existiram situações comigo que o técnico mandou [o atleta me] bater e eu ouvi mandar bater. Então eu disse para o atleta: ‘se você fizer o que o técnico mandou você fazer, você é quem vai sair do jogo e não ele’” (Árbitro 6).

“[...] acabei dando o gol e ai, a equipe adversária que tomou o gol, veio para cima de mim, apertou meu braço, me empurrou e foi uma coisa meio chata e assim, nós não tivemos nenhum apoio, nada, não tinha, a segurança não entrou no meio, nada [...]” (Árbitro 7).

Notemos que com frequência ocorre a culpabilização do/a árbitro/a como gerador de reações de violências durante as competições. A situação exposta alimenta um perverso imaginário social que consolida a ideia de que ao/à árbitro/a não se permite o erro, sendo assim, sua atuação, em raras vezes, é percebida enquanto positiva, conforme também constatou a pesquisa de Kellett e Shilbury<sup>3</sup>. Sucede ainda, a situação em que a vítima (árbitro/a) torna-se responsável pela violência sofrida, bem como por toda a tensão do jogo em diferentes perspectivas – atletas, torcedores/as, treinadores/as, dirigentes, entre outros -. Há ainda uma espécie de normalização da ação de resolução de conflitos ou discordâncias que são inerentes ao ambiente de jogo por meio de violência.

### *Controle da violência*

Em relação às atitudes tomadas pelos/as árbitros/as quanto ao controle da violência, houveram menções a atitude de marcar faltas e apresentar cartões (n=6) e exclusão de dois minutos do jogo (n=1). Também, se evidenciou situações de punição para equipe (n=6), considerando ações diretas contra atletas, treinadores/as e dirigentes, e elaboração de relatórios contra as violências ocorridas em jogo (n=5). Foram destacadas ainda a questão de evitar-se o erro dentro das atribuições da função arbitral, bem como cumprir a regra (n=2). Em situações extremas, principalmente envolvendo torcedores/as, houve referência a

necessidade de auxílio policial (n=2) e, em casos extremos, encerrar a partida esportiva antes do término (n=1).

“ (...) foi tudo no relatório, era um relatório que eu fiz, [descrevendo] tudo o que um cara lá numa competição onde têm crianças falou. Falar tudo o que ele falou, eu esperava pelo menos a suspensão de um ano! levou três jogos.” (Árbitro 08)

“fiz um relatório, o que empurrou a mesa pegou dois anos de suspensão e demais cinco, seis jogos, seis meses, cinco meses.” (Árbitro 09)

“Aí para gente tentar ter o equilíbrio da partida começamos a administrar a partida ali e eles não aceitaram e tivemos que parar a partida”. (Árbitro 19)

“[...] evitar ao máximo o erro, para que não omita futuramente uma violência grave ou verbal”. (Árbitro 05)

Estudo recente com jovens na modalidade futebol destaca para o fato que existe uma relação inversamente proporcional entre nível de competição e presença de ações violentas<sup>5</sup>. Ao passo que, pode-se inferir que os jogos escolares caracterizam-se enquanto espaço mais violento se comparado aos jogos da liga profissional. Outrossim, observa-se que, predominante, a referência ao controle da violência limita-se apenas ao/à árbitro/a na gestão do jogo. No entanto, em nosso entendimento a gestão do ambiente de jogo, especialmente em nível escolar, não pode ficar apenas sob os cuidados do/a árbitro/a. Tal responsabilidade deverá ser de todos/as os personagens inseridos no contexto da prática esportiva, do/a jovem atleta aos/à torcedores/as.

Nota-se ainda a necessidade de que o controle da violência sobrepuje o âmbito da prática esportiva institucionalizada, alcançando a esfera das experiências de autocontrole do comportamento e das emoções (controle intrínseco). E, sendo o esporte um fenômeno sociocultural, portanto, carregado de conhecimentos e saberes que foram produzidos ao longo da história da humanidade, é possível compartilhar experiências que permitam aos jovens atletas desenvolverem uma prática esportiva em que a violência não seja alimentada de forma alguma.

## Conclusões

O estudo em questão possibilitou reconhecer a violência segundo as percepções de árbitros/as de modalidades coletivas (Handebol, Basquetebol, Futsal e Voleibol) nos Jogos Escolares da Juventude do estado de Mato Grosso, de igual modo cotejar os mecanismos de controle que possam dirimir ou acentuar as diferentes roupagens da violência. Conjecturamos que os resultados deste estudo lançam luz sobre diferentes aspectos da violência no esporte em nível escolar, desde o papel do/a árbitro/a, como também a possibilidade de fomentar ações formativas na qual o mote possa intervir e qualificar o processo de formação esportiva.

Pudemos constatar que a violência é um fenômeno presente e alcança os/as árbitros/as de diferentes formas no contexto do esporte em nível escolar. A manifestação de diferentes percepções revelou o caráter polissêmico da violência, permitindo reconhecer a (deplorável) pluralidade de suas aparições. O controle da violência se mostrou frágil, aparecendo predominantemente o/a árbitro/a como o responsável. Além disso, a violência de gênero foi registrada, caracterizada na inferiorização das árbitras, originadas por atletas/alunos/as, treinadores-professores/as e torcida.

Problematizar a questão das violências contra árbitros/as no contexto esportivo escolar é fundamental, e evidencia-se enquanto uma entre outras possibilidades para

realizar o processo de formação esportiva (o desenvolvimento de uma cultura esportiva). Atitudes agressivas podem refletir no desenvolvimento dos atletas, visto que há uma relação de interdependência entre jogadores/as e arbitragem. O cenário exposto exige reflexão sobre as possibilidades e experiências que permitam mitigar ações de violência em competições esportivas em nível escolar. E, especialmente em relação à arbitragem no contexto do esporte escolar, buscar modelos de formação esportiva em cujo papel do/a árbitro/a seja abordado como conteúdo<sup>6</sup>, incentivando aprendizagens e sentido formativo para o desenvolvimento positivo de jovens escolares, alvitando assim a diminuição de condutas violentas no espaço de jogo. De igual modo, a possibilidade de vislumbrar-se o/a árbitro/a enquanto um importante personagem da tessitura esportiva.

Por fim, reconhecemos que ao investigar tão somente árbitros/as de modalidades coletivas o estudo incidiu em uma limitação. No entanto, tal delineamento não inviabiliza ou deprecia sua contribuição, ante ao reduzido número de pesquisas que dedicam-se ao estudo da violência junto aos/às árbitros/as. Pensamos que outras investigações, realizadas em outros contextos que compõem o enredamento esportivo, a exemplo das modalidades individuais, poderão trazer novas contribuições para a compreensão da violência nesse espaço. Acredita-se que a prática esportiva só terá sentido, se nela houver a vicissitude de uma formação consciente, repleta de práticas humanizadoras<sup>2</sup>. Para tanto, a educação esportiva precisa alcançar e afetar os diferentes personagens e contextos dessas práticas.

## Referências

1. Reverdito RS, Scaglia AJ, Paes RR. Sport pedagogy: current panorama and conceptual analysis of the main approaches. *Motriz Rev Edu Fis* 2009;15(3):600-610.
2. Scaglia AJ, Reverdito RS. Perspectivas pedagógicas do esporte no século XXI. In: Moreira WW, Nista-Piccolo VL, editors. *Educação Física e esporte no século XXI*. Campinas, SP: Papyrus; 2016, p. 43-72.
3. Kellett P, Shilbury D. Umpire Participation: Is Abuse Really the Issue? *Sport Man Rev* 2007;10(3):209-229. DOI: 10.1016/S1441-3523(07)70012-8
4. Dunning E. *Sociologia do esporte e os processos civilizatórios*. São Paulo: Annablume; 2014.
5. Deal CJ, Pankow K, Chu TA, Pynn SR, Smyth CL, Holt NL. A mixed methods analysis of disciplinary incidents in men's soccer. *Sport Man Rev* 2018;21(1):72-85. DOI: doi.org/10.1016/j.smr.2017.04.002
6. Reverdito RS, Scaglia AJ, Silva SAD, Gomes TMR, Pesuto CdL, Baccarelli W. Competições escolares: Reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola. *Pensar Prát* 2008;11(1):37-45.
7. Righeto C, dos Reis HHB. Os árbitros de futebol e a mídia esportiva: a interpretação de árbitros paulistas sobre os comentários da mídia acerca do trabalho da equipe de arbitragem. *Movimento* 2017;23(1):281-294. DOI: 10.22456/1982-8918.61652
8. Svantesson DJB. Could technology resurrect the dignity of the FIFA World Cup refereeing? *Comp Law Sec Rev* 2014;30(5):569-573. DOI: 10.1016/j.clsr.2014.07.004
9. Ackery AD, Tator CH, Snider C. Violence in Canadian amateur hockey: the experience of referees in Ontario. *Clin J Sport Med* 2012;22(2):86-90. DOI: 10.1097/JSM.0b013e3182342b69
10. Aragão e Pina J, Passos A, Araújo D, Maynard MT. Football refereeing: An integrative review. *Psychol Sport Exerc* 2018;35(Supplement C):10-26. DOI: 10.1016/j.psychsport.2017.10.006
11. Dorsch KD, Paskevich DM. Stressful experiences among six certification levels of ice hockey officials. *Psych Sport Exer* 2007;8(4):585-593. DOI: 10.1016/j.psychsport.2006.06.003
12. Page K, Page L. Alone against the crowd: Individual differences in referees' ability to cope under pressure. *J Econ Psychol* 2010; 31(2):192-199. DOI: 10.1016/j.joep.2009.08.007
13. Debien PB, Noce F, Debien JBP, Costa VT. O estresse na arbitragem de ginástica rítmica: Uma revisão sistemática. *Rev Educ Fis UEM* 2014;25:489-500. DOI: 10.4025/reveducfis.v25i3.22031
14. González-Ponce I, Sánchez-Miguel PA, Amado D, Chamorro JM, Pulido JJ. Análisis de los antecedentes motivacionales en árbitros de baloncesto y su incidencia en el agotamiento emocional. *Cuad Psic Deporte* 2012;12:27-30.
15. Elias N, Dunning E. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: FCE; 2014.
16. Thomas JR, Nelson JK, Silverman SJ. *Métodos de pesquisa em atividade física*. São Paulo: Artmed; 2009.
17. Sampieri RH, Collado CF, Lucio PB. *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill; 2006.
18. Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 2011.
19. Creswell JW. *Investigação qualitativa e projetos de pesquisa*. Porto Alegre: Penso; 2014.

20. Koller SH, Morais NA, Paludo SDS. Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2016.
21. Vierimaa M, Turnnidge J, Bruner M, Cote J. Just for the fun of it: Coaches' perceptions of an exemplary community youth sport program. *Phys Educ Sport Ped* 2017;22(6):603-617. DOI: 10.1080/17408989.2017.1341473
22. Holt NL, McHugh T-LF, Tink LN, Kingsley BC, Coppola AM, Neely KC, et al. Developing sport-based after-school programmes using a participatory action research approach. *Q Res Sport, Exerc Health* 2013;5(3):332-355. DOI: 10.1080/2159676X.2013.809377
23. Luguetti C, Oliver KL, Dantas LE, Kirk D. An activist approach to sport meets youth from socially vulnerable backgrounds: Possible learning aspirations. *Res Q Exerc Sport* 2017;88(1):60-71. DOI: 10.1080/02701367.2016.1263719
24. Wahl-Alexander Z, Sinelnikov O, Curtner-Smith M. A longitudinal analysis of students' autobiographical memories of participation in multiple Sport Education seasons. *Eur Phys Educ Rev* 2017;23(1):25-40. DOI: 10.1177/1356336X15624246
25. Iturbide-Luquin LM, Elosua-Oliden P. The values associated with the sport: Analysis and evaluation of sportspersonship. *Rev Psicodidact* 2017;22(1):29-36. DOI: 10.1387/RevPsicodidact.15918
26. Turnnidge J, Cote J, Hancock DJ. Positive youth development from sport to life: Explicit or implicit transfer? *Quest* 2014;66(2):203-217. DOI: 10.1080/00336297.2013.867275
27. Gonçalves CEB. Desportivismo e desenvolvimento de competências socialmente positivas. Porto: Edições Afrontamento e IPDJ/PNED; 2013.
28. Simões AC, Conceição PFM, Nery MAC. Mulher, esporte, sexo e hipocrisia. In: Simões AC, Knijnik JD, editores. *O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho*. São Paulo: Aleph; 2004, p. 63-86.
29. Silveira VT, Vaz AF. Corpo feminino no esporte: entre heterossexualidade compulsória e lesbofobia. *Rev Bras Ciênc Esporte* 2016;36(2):212-222.
30. Monteiro IC. Mulheres de preto: Trajetórias na arbitragem do futebol profissional. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora; 2016.

**Agradecimentos:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT. Processo nº 227915/2015; Processo nº 0590374/2016). Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte, Rede CEDES - MT (convênio nº 824066/2015). Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (SECEL/MT).

**ORCID** dos autores:

João Carlos Martins Bressan: 0000-0002-6975-1174

Kleber Tuxen Carneiro: 0000-0003-0826-6172

Viviane Teixeira Silveira: 0000-0002-4383-7412

Dominique Stefany Gomes dos Santos: 0000-0001-8305-0692

Riller Silva Reverdito: 0000-0003-0556-9151

Recebido em 02/05/18.

Revisado em 11/09/18.

Aceito em 11/10/18.

---

**Endereço para correspondência:** João Carlos Martins Bressan. Cidade Universitária, Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Esporte e Exercício Físico (CIPEEF), Ginásio Poliesportivo, Rua Santos Dumont, s/n, CEP 78200-000, Cáceres-MT, Brasil. E-mail: bressan@unemat.br